



# PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE NITERÓI

MANHÃ

## ANALISTA PROCESSUAL

PROVA ESCRITA OBJETIVA E DISCURSIVA – NÍVEL SUPERIOR

TIPO 2 – VERDE



### SUA PROVA

Além deste caderno de provas contendo oitenta questões objetivas e uma redação, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha de respostas das questões objetivas
- uma folha de textos definitivos para a transcrição da redação



### TEMPO

- **5 horas** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva e para a transcrição da redação para a folha de textos definitivos
- **2 horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de provas
- **60 minutos** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de provas**



### NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala



### INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas
- **Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta. Será atribuída nota 0 (zero) à prova discursiva escrita a lápis ou em caneta azul**
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s)
- Confira o cargo, a cor e o tipo do seu caderno de provas. Caso tenha recebido caderno de cargo, cor ou tipo diferente do impresso em sua folha de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala
- O preenchimento das respostas da prova objetiva e da prova discursiva é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas e da folha de textos definitivos em caso de erro
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva e as transcrições para a folha de textos definitivos, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de provas
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas

Boa sorte!



**CONHECIMENTOS BÁSICOS****Língua Portuguesa****1**

“O ouro: nesse pequeno substantivo se acumulam muitíssimas evocações onde se misturam lenda e realidade. Nada do que se refere ao ouro nos deixa indiferentes. No curso dos séculos, construiu-se em torno desse nome um edifício prodigioso cuja fachada brilhante denuncia esplendores, mas oculta as misérias.” (PUF, 1958)

Esse fragmento exemplifica o seguinte tipo textual:

- (A) texto explicativo: procura informar e tornar mais claro um tema, com função pedagógica;
- (B) texto narrativo: relata um fato ou um acontecimento, situando-o em seu desenvolvimento no tempo e no espaço;
- (C) texto argumentativo: pretende convencer o leitor da correção de uma ideia, apoiando-se em argumentos ou exemplos;
- (D) texto descritivo: traduz um esforço de evocar uma realidade por meio de palavras;
- (E) texto injuntivo: manifesta uma intenção sobre o outro, por meio de avisos, conselhos, proibições etc.

**2**

A frase abaixo que exemplifica a função metalinguística da linguagem, é:

- (A) Os homens ilustres têm a terra inteira como sepultura;
- (B) Se a obra não é útil, a glória é uma estupidez;
- (C) Facilite uma boa ação, pois é o mesmo que praticá-la;
- (D) Ele é um pensador: isto é, ele sabe como tornar as coisas mais simples do que elas são;
- (E) As coisas são exatamente o que aparentam ser e atrás delas... não há nada.

**3**

“Todo escritor, por meio do narrador ou dos personagens, utiliza uma linguagem adaptada à situação de comunicação, ou meio social em que os fatos se inserem. Ele também é determinado pelas regras de uso na época em que escreve. Foi assim que se desenvolveu, na época clássica, a ideia de uma ‘boa linguagem’, que rejeitaria tanto os excessos dos puristas quanto a utilização de gírias e regionalismos. Hoje, a escolha entre vários registros de língua permite efeitos de humor e de ironia. É a ocasião de criar um universo original, de instaurar uma relação de cumplicidade particular com o leitor.”

Abaixo estão cinco afirmações sobre a língua; aquela que está em desacordo com o que se expressa nesse pequeno texto, é:

- (A) Alguns escritores clássicos combatiam os latinismos, que mantinham a dependência de uma língua ao latim, assim como os regionalismos, que impediam a plena comunicação no interior de um mesmo país;
- (B) Os escritores mais modernos se mostram sensíveis às particularidades das línguas em função dos diversos meios sociais que elas representam;
- (C) A literatura moderna mostra uma grande liberdade no uso da língua, incluindo marcas da língua falada e da linguagem popular;
- (D) Paralelamente, os escritores preocupados com a precisão aproveitam-se de todas as nuances da linguagem culta para a exploração do universo das ideias;
- (E) Apesar de toda a liberdade, é indispensável manter-se a ideia de que a linguagem culta, estabelecida pelo uso consciente da língua dos escritores, é o único meio de obter-se a plena realização de uma obra.

**4**

Observe o texto argumentativo a seguir.

“Os dicionários, como muitos dizem, são ‘os pais dos burros’, já que todos os consultam quando desconhecem o significado de alguma palavra, mas nossos dicionários ainda têm muito o que aprender, desde a apresentação de informações mais precisas, até a inclusão da etimologia das palavras, sua datação e exemplos dos múltiplos significados indicados. Assim, eles passarão a ser ‘os pais dos inteligentes’.”

O plano de estruturação argumentativa desse texto é:

- (A) apresentação de uma tese própria, seguida de argumentos contrários à tese oposta;
- (B) apresentação de uma listagem de argumentos favoráveis a uma tese própria do argumentador, explicitada ao final;
- (C) apresentação da tese oposta, seguida de argumentos e da tese própria;
- (D) apresentação de uma listagem de argumentos favoráveis à tese oposta, sem a explicitação da tese própria;
- (E) apresentação da tese própria, seguida da tese oposta, com uma listagem de argumentos que defendem aquela.

5

Observe o texto a seguir.

“Entrou em casa com muita pressa e a precipitação fez com que não notasse os vários vidros de remédios sobre o móvel da sala, com os nomes daqueles a quem se referiam os medicamentos. Pensou em dizer, ou melhor, escrever que passara por casa para que não estranhassem algumas coisas fora do lugar e que esse estranhamento levasse alguém a telefonar para a polícia, dado o medo que se generalizara no bairro após o crime do mês passado.”

Sobre a utilização de vocábulos nesse segmento textual, é correto afirmar que:

- (A) alguns vocábulos são empregados para dar mais precisão a termos anteriores: “Entrou em casa com muita pressa e a precipitação fez com que não notasse os vários vidros de remédios sobre o móvel da sala”;
- (B) uns vocábulos são empregados para evitar-se a repetição de vocábulos idênticos, com o emprego de um vocábulo de conteúdo geral: “...os vários vidros de remédios sobre o móvel da sala, com os nomes daqueles a quem se referiam os medicamentos.”;
- (C) outros vocábulos são empregados para dar mais precisão a um termo anterior: “Pensou em dizer, ou melhor, escrever que passara por casa para que não estranhassem algumas coisas fora do lugar...”;
- (D) certos vocábulos se ligam formalmente a termos anteriores, mas não semanticamente: “...para que não estranhassem algumas coisas fora do lugar e que esse estranhamento levasse alguém a telefonar para a polícia”;
- (E) uns vocábulos mostram a preocupação com a linguagem popular: “...para que não estranhassem algumas coisas fora do lugar”.

6

Em todas as frases abaixo há a supressão intencional de um ou mais vocábulos (elipse), que podem ser inferidos pelos vocábulos restantes.

A frase abaixo que se mostra completa, sem qualquer elipse, é:

- (A) Domar o tempo não é matá-lo, é vivê-lo;
- (B) Um dia, ora é mãe, ora é madrasta;
- (C) Impossível mudar o passado;
- (D) As memórias de amanhã dependem de sua atitude hoje;
- (E) A economia só resolve um problema antigo, gerando dois ou mais, novos.

7

Numerosas situações da vida cotidiana ou profissional nos levam a contestar ou a defender um ponto de vista, logo, a produzir uma argumentação.

Todas as opções abaixo mostram sugestões de temas para textos argumentativos; a opção em que é proposta uma estruturação com base em duas teses possíveis, é:

- (A) Como será o sistema de trabalho no futuro?
- (B) Os jornais falados e escritos estão em franca disputa por leitores; qual dos dois modelos vai triunfar?
- (C) Alguns especialistas consideram que o turismo de aventura será a coqueluche do próximo século. Como você imagina esse tipo de turismo?
- (D) Os ritmos musicais estão ligados a um instrumento básico. A bossa-nova só poderia ser composta no violão, assim como a valsa só poderia ser composta a partir do piano. Você considera válido esse ponto de vista?
- (E) Como julgar as aulas pela internet? São bastante úteis, sobretudo para os que não dispõem de tempo ou, carecendo da presença física do professor, deixam sempre a desejar?

8

Observe o texto a seguir.

“Você acha que os homens chegarão a acabar com as guerras?

É possível que os habitantes do planeta tenham sucesso na tarefa de fazer desaparecer os conflitos armados?”

No desenvolvimento textual desse fragmento, o processo empregado é o de:

- (A) reformular o enunciado;
- (B) transformar o modelo básico da frase;
- (C) acrescentar novas ideias ao já formulado;
- (D) exemplificar o que já foi expresso;
- (E) multiplicar os pontos de vista.

9

Observe como foi construído o humor na seguinte frase: “A maneira mais segura de você dobrar o seu dinheiro, é pegar as notas, dobrá-las e guardá-las no bolso”.

Como sabemos, o humor é construído pela quebra de uma expectativa; nesse caso, essa quebra provém:

- (A) da inutilidade de ensinar-se como dobrar o dinheiro;
- (B) do destaque dado a uma situação que é feita por todos;
- (C) dos sentidos diversos do verbo “dobrar”;
- (D) da impossibilidade de dobrar o dinheiro, pondo-o no bolso;
- (E) da proposta inviável contida na frase.

**10**

“Meu filho, universitário do curso de Biologia, foi obrigado a fazer um estágio em uma pequeníssima cidade do interior do Rio Grande do Sul. Hospedou-se no único hotel da cidade cuja dona lhe disse logo à chegada: – Só troco a roupa de cama uma vez a cada quinze dias! – Não quero saber de lixo nos corredores do meu hotel! Havia coisas piores: os vasos sanitários não tinham tampa, o papel higiênico eram pequenos pedaços de folhas de jornais... Apesar das dificuldades, conseguiu fazer um bom estágio numa granja do local e o gerente lhe declarou que ele se tinha mostrado um bom estudante, que poderia voltar quando quisesse, mas, Deus me livre, não era a intenção dele.”

Falando dos vários tipos de discurso, é correto afirmar que:

- (A) a frase de discurso direto “Só troco a roupa de cama uma vez a cada quinze dias” pode ser passada para discurso indireto: “Ela disse que só trocaria a roupa de cama uma vez a cada quinze dias”;
- (B) a frase de discurso direto “Não quero saber de lixo nos corredores do meu hotel” pode ser adequadamente modificada para discurso indireto do seguinte modo: “Ela disse que não queria saber de lixo nos corredores do meu hotel”;
- (C) a frase de discurso indireto “o gerente lhe declarou que se tinha mostrado um bom estudante” poderia ser colocada em discurso direto: “– Você se mostrava um bom estudante”;
- (D) a frase de discurso indireto “o gerente lhe declarou que poderia voltar quando quisesse” poderia ser colocada em discurso direto: “– Você pode voltar quando queira”;
- (E) a frase “Deus me livre” é exemplo do que se denomina discurso indireto livre.

**11**

Em todas as opções abaixo mostra-se um substantivo, acompanhado de dois adjetivos derivados dele. Aquela opção em que esses adjetivos possuem significados perfeitamente idênticos, é:

- (A) agricultura / atividade agrícola, atividade agrária;
- (B) poeira / local poeirento, local empoeirado;
- (C) alimento / produto alimentar, produto alimentício;
- (D) dia / trabalho diário, trabalho diurno;
- (E) luxúria / aspecto luxuriante, aspecto luxurioso.

**12**

Em todas as opções abaixo há diferentes tipos de raciocínio; o texto que exemplifica o tipo de raciocínio por analogia, é:

- (A) No governo republicano, é da natureza da constituição que os juízes devem seguir a letra da lei;
- (B) Se as eleições indicam um vencedor, é natural que as pessoas passem a atribuir a esse vencedor responsabilidades pelos sonhos que almejam;
- (C) Os animais não possuem as vantagens que temos, mas possuem outras: eles não têm nossas esperanças, mas não possuem nossos temores; eles sofrem, como nós, a morte, mas sem a conhecer;
- (D) Nos estados tirânicos, a natureza do governo requer uma obediência extrema; e, uma vez conhecida a vontade do líder, ela deve provocar efeito infalível, como o de uma bola que se choca contra a outra;
- (E) Não há liberdade se o poder de julgar não está separado do poder legislativo e executivo. Se ele estivesse unido ao poder legislativo, o poder sobre a vida dos cidadãos seria arbitrário porque o juiz seria legislador.

**13**

Todos os segmentos textuais abaixo são exemplos de textos narrativos, que podem mostrar, entre outras, uma focalização onisciente dos fatos, ou seja, em que o narrador mostra um conhecimento completo de todos os elementos romanescos: tempo, espaço e personagens.

Esse tipo de focalização está apresentado em:

- (A) Meus pensamentos vagaram toda a noite por projetos a serem realizados e, quando despertei, procurei anotar alguns detalhes importantes;
- (B) A raposa olhou as uvas lá no alto e, sabendo que não iria alcançá-las, desistiu do seu projeto, alegando que estavam verdes, mantendo, assim, o orgulho;
- (C) O homem aproximou-se do portão da casa e talvez, deseioso de ver a sua amada, apertou o botão da campainha...;
- (D) Estacionei o carro na esquina, deixei rapidamente o local e meia hora depois a explosão acordou todo o quarteirão;
- (E) Ele não sabia por que estava ali, parado, nem mesmo eu, o narrador desta história, tenho esse conhecimento.

**14**

Em todas as opções abaixo há a presença de comparações ou metáforas; o motivo de tais comparações só está adequadamente identificado em:

- (A) O prazer é o deus do mundo / o prazer estar em todos os lugares;
- (B) Sexo e morte são as molas das emoções humanas / as molas podem promover muita ou pouca propulsão;
- (C) Todo homem é um herói para alguém / que serve de apoio nos problemas;
- (D) A imaginação é a louca da casa / a imaginação vista como oposta à razão;
- (E) A fama, o crédito e a honra são como nuvens no céu / distantes do ser humano.

**15**

Há distintas maneiras de interrogar; a opção abaixo em que a pergunta feita (numa entrevista de emprego) exige uma resposta mais longa e mais pessoal, é:

- (A) O que o senhor sabe de nossa empresa?
- (B) Que tipo de função o senhor pretende ocupar?
- (C) O senhor sabe usar seu poder de sedução?
- (D) Em que disciplinas universitárias o senhor era melhor?
- (E) O senhor possui um relacionamento fraterno com os outros?

**16**

“Os Cactos da Encosta têm por desagradáveis vizinhos os Promotores da Bagunça. Os Trapezistas do Asfalto não se entendem seja com os Promotores da Bagunça, seja com os Camelôs da Praça para atenuar uma ameaça contra os Cactos da Encosta, depois, naturalmente de se aliarem com os Bitolados da Patota, ou depois de momentaneamente, por acordos secretos, terem neutralizado os Camaleões de Plantão. A situação, naturalmente, não se apresenta sempre assim de uma maneira tão simples.” (texto adaptado de Henri Michaux)

Alguns textos provocam lágrimas, outros provocam admiração ou exaltação, outros fazem rir, outros nos trazem pessimismo e assim por diante.

No caso desse pequeno texto, o que predomina é:

- (A) o tom trágico, fundamentado na crença de que as coisas são inevitáveis, como a relação problemática entre os grupos;
- (B) o tom lírico, que exalta os sentimentos íntimos comuns a todos os homens, como ocorre nesses grupos;
- (C) o tom patético, que provoca uma ternura exagerada nos leitores diante de uma triste situação, sem remédio;
- (D) o tom cômico, que se fundamenta numa quebra de expectativa, como a de se considerar simples uma situação confusa;
- (E) o tom épico, que procura valorizar ações de grupos.

**17**

Todas as frases abaixo expressam uma opinião; aquela que expressa uma opinião alheia de forma neutra, é:

- (A) Como dizem os agricultores, nem todo dia de sol é bom de plantar ou de colher;
- (B) Considero execrável o pensamento egoísta de pagarmos o mínimo possível a quem trabalha;
- (C) Considero que esse novo programa agrícola vai atingir um sucesso imenso, principalmente por sua criatividade;
- (D) Dizem que a distância traz o esquecimento, mas eu não apoio esse raciocínio;
- (E) Alguém imaginaria que o atual progresso científico iria trazer essa tragédia para a vida na Terra?

**18**

O tema de todas as introduções textuais abaixo é o analfabetismo; o tipo de introdução que está adequadamente caracterizado, é:

- (A) introdução por enumeração: A consulta a agendas, preenchimento de cheques, ler pequenos anúncios de emprego são situações cotidianas que mostram a importância de saber ler;
- (B) introdução por informação surpreendente: Para reduzir o número de analfabetos, o Exército decidiu criar um plano de estudo de leitura para os recrutados;
- (C) introdução por um relato: Para a edificação dos fiéis, e para o bem de sua alma, nós proibimos a leitura de qualquer livro, dizia o filósofo Voltaire com ironia;
- (D) introdução por divisão: Quase dois milhões de brasileiros ainda mostram dificuldades graves de leitura;
- (E) introdução por citação: O pior aspecto do analfabetismo é o chamado “analfabetismo funcional”.

**19**

“Há certamente pessoas que duvidam que a ciência possa fazer a felicidade dos homens. E, de fato, o curso do desenvolvimento, que aparece paralelamente ao progresso científico, leva ao consumismo, à poluição, a grandes riscos ecológicos.

“Mas, a meu ver, seria necessário evitar a confusão entre ciência e desenvolvimento e dizer, ao contrário, que a ameaça vem da quantidade exagerada de ciência.

“Vamos aos fatos:

“Uma comparação objetiva do passado com os tempos modernos me parece demonstrar isso claramente: a condição humana melhorou bastante, sobretudo nos países desenvolvidos, ou seja, justamente onde se pratica a ciência. Tal melhora provém da utilização de uma infinidade de elementos de segurança e de conforto, de comunicação, de informação – os quais, deram a cada um o gosto de uma existência melhor. Esses meios de felicidade, trazidos pela ciência, sofreram desvios em seus objetivos, pois foram multiplicados de uma maneira excessiva...”. Sobre a estruturação desse texto argumentativo, é correto afirmar que:

- (A) na defesa de seu pensamento, o autor do texto apela para argumentos alheios, apoiados todos na realidade;
- (B) o consumismo e a poluição são comprovações da tese do autor, mostrando aspectos negativos do desenvolvimento científico;
- (C) o texto parte da recusa de uma tese, a de que a ciência não faz a felicidade humana;
- (D) ao dizer “Vamos aos fatos” o autor do texto encaminha a fundamentação argumentativa para as suas opiniões;
- (E) o gosto de uma existência melhor causou um enorme desequilíbrio econômico, retirando o valor positivo da ciência.

**20**

A citação, enquadrada entre aspas, mostra sempre ao leitor que ela é a expressão de outro. O pensador alemão Walter Benjamin disse certa vez: “As citações em meu trabalho são como bandidos de beira de estrada que repentinamente surgem armados e tomam de assalto as convicções dos passantes”.

Nesse caso, as citações de Benjamin teriam a seguinte função:

- (A) elevar o nível cultural do texto produzido;
- (B) trazer ao texto um intervalo de distração;
- (C) convencer os leitores de forma definitiva;
- (D) corroborar na defesa de ideias;
- (E) servir de prova de algo que foi afirmado.

## Legislação Específica

21

O órgão responsável pela cobrança de crédito não tributário do Município de Niterói apresentou proposta de transação individual ao respectivo devedor, proposta esta que, caso aceita e cumprida, acarretaria a extinção do referido crédito.

Considerando a sistemática estabelecida na Lei nº 3.605/2021, do Município de Niterói, é correto afirmar que a apresentação da referida proposta de transação:

- (A) suspende a tramitação da execução fiscal, mas não a exigibilidade do crédito a que se refere;
- (B) suspende a exigibilidade do crédito a que se refere, mas não a tramitação da execução fiscal;
- (C) não suspende a exigibilidade do crédito a que se refere nem a tramitação da execução fiscal;
- (D) suspende a exigibilidade do crédito a que se refere e a tramitação da execução fiscal;
- (E) acarreta a imediata suspensão do processo judicial no qual o crédito seja discutido.

22

A indústria química Alfa pretendia realizar, dentro do Município de Niterói, o transporte de uma carga constituída por substância potencialmente nociva ao meio ambiente. Por tal razão, a diretoria de Alfa solicitou que sua assessoria jurídica se manifestasse a respeito da necessidade, ou não, à luz do Código Ambiental do Município de Niterói, de alguma autorização específica, para que esse transporte seja realizado.

O advogado respondeu, corretamente, que:

- (A) por se tratar de exercício de atividade econômica, não é exigida qualquer autorização;
- (B) somente é exigido que os veículos e os procedimentos de transporte sigam as normas pertinentes da ABNT, não se exigindo qualquer autorização específica;
- (C) é exigido que os veículos e os procedimentos de transporte sigam as normas pertinentes da ABNT, e que haja autorização, prévia e expressa, do Corpo de Bombeiros e da Secretaria Municipal de Urbanismo e Controle;
- (D) é exigido, em se tratando de substância classificada nos níveis 2 e 3 de potencial lesividade, que haja autorização do prefeito municipal, e, caso seja classificada no nível 1, a autorização deve ser concedida pelo secretário municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos;
- (E) somente é exigido que os veículos e os procedimentos de transporte sigam as normas pertinentes da ABNT, bem como que as medidas de segurança que se fizerem necessárias sejam previamente registradas na Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos.

23

André, morador de Niterói, almejava atuar em uma feira livre existente no referido Município. Ao questionar um amigo a respeito dos requisitos a serem preenchidos para que isso fosse possível, foi-lhe informado que: (1) somente pessoas jurídicas podem comerciar nas feiras livres; (2) para comerciar nas feiras livres são necessárias a matrícula na Secretaria Municipal de Fazenda e a autorização desse órgão; (3) a matrícula e a autorização são concedidas a título precário; e (4) pode ser cancelada a matrícula do feirante reincidente no descumprimento de suas obrigações fiscais.

À luz da sistemática estabelecida na Lei nº 2.624/2008, do Município de Niterói, é correto afirmar, em relação às informações do amigo de André, que:

- (A) apenas as informações 1 e 4 estão certas;
- (B) apenas as informações 2 e 3 estão certas;
- (C) apenas as informações 1, 2 e 4 estão certas;
- (D) apenas as informações 2, 3 e 4 estão certas;
- (E) todas as informações estão certas.

24

Pedro, servidor público ocupante de cargo de provimento efetivo no âmbito da Administração Pública direta do Município de Niterói, em razão de negligência na sua atuação funcional, causou prejuízos à Fazenda Municipal, o que foi devidamente apurado em processo administrativo, com observância de todas as garantias processuais.

À luz da Lei nº 531/1985, do Município de Niterói, é correto afirmar, em relação à indenização dos prejuízos causados por Pedro, que:

- (A) pode ser paga, na falta de outros bens que respondam pela indenização, mediante desconto no vencimento ou remuneração, vedado o parcelamento, em razão das circunstâncias afetas à conduta de Pedro;
- (B) pode ser paga, na falta de outros bens que respondam pela indenização, mediante descontos em prestações mensais não excedentes à décima parte do vencimento ou remuneração;
- (C) deve ser proposta ação judicial, para que seja reconhecido o dever de indenizar, com ulterior liquidação e execução do valor devido, vedada a inscrição em dívida ativa;
- (D) deve ser paga, mediante descontos em prestações mensais não excedentes à vigésima parte do vencimento ou da remuneração;
- (E) a quantia devida deve ser inscrita em dívida ativa e cobrada judicialmente.

**25**

Joana, servidora ocupante de cargo de provimento efetivo do Município de Niterói, que contava com 30 anos de idade e com cinco anos de tempo de serviço computável para fins de aposentadoria, foi aposentada por incapacidade permanente para o trabalho. Poucos anos depois, em uma das avaliações periódicas a que foi submetida, foi constatado que não mais estavam presentes as condições que ensejaram a concessão da aposentadoria, concluindo-se que ela estava apta ao exercício das funções inerentes ao seu cargo de origem, o que foi confirmado em inspeção médica.

Nesse caso, à luz da Lei nº 531/1985, do Município de Niterói, é correto afirmar que:

- (A) Joana deve ter cassada a sua aposentadoria, permanecendo afastada do serviço público, já que o vínculo cessara em momento anterior;
- (B) deve ocorrer a readaptação de Joana, de modo que possa voltar a atuar no âmbito do serviço público municipal;
- (C) deve ocorrer o aproveitamento de Joana no serviço público municipal;
- (D) deve ocorrer a reversão de Joana ao serviço público municipal;
- (E) deve ocorrer a reintegração de Joana no serviço público municipal.

**26**

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Niterói recebeu reclamação de João, informando que um estabelecimento comercial situado na região, diariamente, entre 15h e 17h, produzia intensa poluição sonora, superando os limites estabelecidos no Código Ambiental do Município de Niterói. Com isso, vinha sendo comprometido o sossego no interior da residência de João, situada em prédio diverso.

Considerando os termos dessa narrativa, a autoridade competente deve determinar:

- (A) o arquivamento da reclamação, considerando o horário em que a alegada poluição sonora é praticada;
- (B) a medição sonora, que deve ser efetuada nas condições e nos locais indicados por João, observadas as exigências técnicas da legislação vigente;
- (C) a medição sonora, a ser efetuada de modo a identificar se há efetiva afronta a interesses difusos e coletivos, não havendo vinculação às indicações do reclamante;
- (D) a ponderação dos interesses econômicos e culturais envolvidos com o interesse ao sossego de João, identificando os bens preponderantes no caso concreto;
- (E) a medição sonora, considerando o maior valor medido, pois a fonte produtora da poluição sonora e a propriedade onde se dá o suposto incômodo estão localizadas em diferentes áreas.

**27**

A sociedade empresária Alfa, sujeito passivo do imposto sobre serviços (ISS), formulou consulta, ao órgão competente do Poder Executivo de Niterói, a respeito de alguns aspectos afetos ao fato gerador do referido imposto.

À luz da sistemática estabelecida na Lei nº 3.368/2018, do Município de Niterói, o ato praticado por Alfa produz, como efeito, a:

- (A) impossibilidade de se instaurar procedimento fiscal, em desfavor de Alfa, em relação à espécie consultada, a partir da apresentação da consulta até o trigésimo dia subsequente à data da ciência da decisão que lhe der solução definitiva;
- (B) suspensão do prazo para o recolhimento do ISS, em momento posterior à apresentação da consulta, até o trigésimo dia subsequente à data da ciência da decisão que lhe der solução definitiva;
- (C) suspensão da exigibilidade do crédito tributário, relativo ao ISS eventualmente devido por Alfa, e, por imperativo de isonomia, pelas demais sociedades empresárias que estejam na mesma situação;
- (D) desistência automática de qualquer processo judicial eventualmente iniciado por Alfa, que tenha por objeto os mesmos aspectos discutidos na consulta;
- (E) não incidência de encargos moratórios sobre o imposto devido, em razão da consulta formulada em momento anterior ou posterior ao vencimento do débito.

**28**

João, Maria e Joana, estudiosos dos instrumentos de política urbana utilizados no âmbito do Município de Niterói, travaram intenso debate a respeito da natureza e da funcionalidade da denominada "concessão urbanística". João defendia tratar-se de um instrumento indutor da função social da propriedade urbana. Maria defendia que se tratava de ajuste administrativo, cuja celebração deve ser antecedida de autorização específica do prefeito municipal. Joana, por sua vez, sustentava que o seu objetivo é o de implantar projeto de intervenção urbana elaborado pelo poder público, consideradas as diretrizes do Plano Diretor.

Considerando a sistemática estabelecida pela Lei nº 3.385/2019, do Município de Niterói, é correto afirmar, em relação às afirmações de João, Maria e Joana, que:

- (A) apenas as afirmações de João e Maria estão certas;
- (B) apenas as afirmações de João e Joana estão certas;
- (C) apenas a afirmação de Joana está certa;
- (D) apenas a afirmação de Maria está certa;
- (E) todas as afirmações estão certas.

**29**

XX, vereador da Câmara Municipal de Niterói, em um debate realizado em determinada comissão legislativa permanente, teria afirmado que as espécies legislativas resolução e decreto legislativo apresentam entre si uma relação de fungibilidade no processo legislativo municipal.

ZZ, também vereador, após realizar alentada análise na Lei Orgânica do Município de Niterói (LOMN), concluiu, corretamente, que a conclusão de XX está:

- (A) certa, desde que o regimento interno da Câmara Municipal de Niterói tenha reconhecido a fungibilidade, considerando a omissão da LOMN;
- (B) certa, considerando que a LOMN dispõe expressamente que as referidas espécies legislativas podem ser utilizadas indistintamente nas situações indicadas;
- (C) errada, pois as resoluções devem dispor sobre matérias de competência da Câmara Municipal, enquanto órgão colegiado, e os decretos legislativos, sobre matérias de competência privativa do presidente da Casa Legislativa;
- (D) errada, pois os decretos legislativos devem dispor sobre matérias de interesse interno ou de competência legal exclusiva da Câmara, enquanto as resoluções, sobre atos e procedimentos do Poder Executivo sujeitos à autorização ou passíveis de posicionamento do Legislativo;
- (E) errada, pois as resoluções devem dispor sobre matérias de interesse interno ou de competência legal exclusiva da Câmara, enquanto os decretos legislativos, sobre atos e procedimentos do Poder Executivo sujeitos à autorização ou passíveis de posicionamento do Legislativo.

**30**

João, morador de Niterói, com 61 anos de idade, em conversa informal com um vizinho, foi informado de que teria direito à isenção do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana, caso preenchesse os seguintes requisitos: (1) ter renda mensal total de até cinco salários mínimos; (2) ser titular de um único imóvel utilizado para sua residência; (3) que esse imóvel tenha o valor venal equivalente a, no máximo, o valor da referência IS constante em anexo ao Código Tributário do Município de Niterói; e (4) não ter realizado operação de compra e venda de imóvel nos últimos cinco anos.

Em relação às informações fornecidas pelo vizinho de João, considerando os balizamentos oferecidos pelo Código Tributário do Município de Niterói, é correto afirmar que:

- (A) apenas as informações 1 e 2 estão certas;
- (B) apenas as informações 1 e 4 estão certas;
- (C) apenas as informações 2 e 3 estão certas;
- (D) apenas as informações 2, 3 e 4 estão certas;
- (E) todas as informações estão certas.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

**31**

Antônio, motorista do Município Alfa, ao se dirigir ao trabalho conduzindo o veículo de sua repartição, por agir de maneira imprudente, atropelou João, que atravessava a faixa de pedestres no momento em que a sinalização obstava o avançar do veículo conduzido por Antônio.

Considerando os termos dessa narrativa, é correto afirmar, à luz da ordem constitucional, que o Município Alfa:

- (A) somente poderia ser responsabilizado pelos danos causados a João por Antônio caso este último tivesse atuado com dolo;
- (B) somente pode ser responsabilizado caso o patrimônio de Antônio não seja suficiente para reparar o dano causado a João;
- (C) não pode ser responsabilizado pelos danos causados a João por Antônio, considerando a ilicitude da conduta deste último;
- (D) pode ser responsabilizado pelos danos causados a João por Antônio, já que este último utilizou o veículo da repartição e atuou como agente público;
- (E) somente poderia ser responsabilizado pelos danos causados a João por Antônio caso fosse de conhecimento do Município Alfa que este último tinha o hábito de agir de maneira imprudente.

**32**

Maria, ocupante de cargo de provimento efetivo no âmbito do Município Alfa, após o preenchimento dos requisitos exigidos, tornou-se estável. Para sua surpresa, foi declarada a desnecessidade do cargo que ocupava.

Considerando os termos dessa narrativa e o disposto na Constituição da República de 1988, é correto afirmar que Maria:

- (A) deve ser imediatamente transposta para outro cargo de provimento efetivo, da mesma carreira ou de carreira diversa;
- (B) deve ser imediatamente transposta para outro cargo de provimento efetivo, necessariamente pertencente à mesma carreira;
- (C) ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até o seu adequado aproveitamento em outro cargo;
- (D) passa a integrar um quadro especial, sendo assegurada a sua remuneração integral, até o seu adequado aproveitamento em outro cargo;
- (E) deve ser demitida do serviço público, sem prejuízo de sua posterior readmissão caso haja vacância de outro cargo de natureza semelhante àquele que ocupava.

**33**

João, após ser condenado em diversos processos criminais, com sentenças transitadas em julgado, pela prática de crimes contra o patrimônio, veio a falecer. João fora condenado a penas (1) privativas de liberdade e de (2) prestação de serviços à comunidade, bem como a (3) ressarcir os danos que causara aos lesados. Em razão desse quadro, seus herdeiros ficaram preocupados com a possibilidade de terem de cumprir as penas aplicadas a João e ainda não cumpridas.

Ao procurarem a orientação de um advogado, foi corretamente informado aos herdeiros, considerando as três medidas impostas a João, que:

- (A) somente podem vir a cumprir as medidas 2 e 3;
- (B) somente podem vir a cumprir a medida 3;
- (C) somente podem vir a cumprir a medida 1;
- (D) não devem arcar com nenhuma delas;
- (E) devem arcar com todas elas.

**34**

Maria, vereadora no Município Alfa, solicitou que sua assessoria se manifestasse a respeito do ente federativo competente para regulamentar a prestação do serviço local de gás canalizado.

A assessoria respondeu, corretamente, que o ente federativo competente é:

- (A) o Estado, por ser competente para explorar o serviço;
- (B) o Município, por se tratar de matéria de interesse local;
- (C) a União, por ser competente para legislar sobre petróleo ou gás;
- (D) o Estado, desde que haja lei complementar da União delegando essa competência;
- (E) a União, por ser competente para legislar sobre serviços públicos em âmbito nacional.

**35**

Maria, cidadã mexicana, reside há um ano no território brasileiro. Como sua permanência no Brasil se estendia no tempo, decidiu consultar um advogado a respeito da possibilidade, ou não, de invocar os direitos fundamentais consagrados na Constituição da República de 1988.

O advogado respondeu, corretamente, que os referidos direitos:

- (A) somente são reconhecidos aos brasileiros natos e, nos limites estabelecidos pelo ato de naturalização, aos brasileiros naturalizados, não a estrangeiros como Maria;
- (B) podem ser fruídos por Maria, observadas as distinções estabelecidas pela ordem constitucional em relação aos brasileiros;
- (C) são plenamente reconhecidos a Maria, sem qualquer distinção em relação aos brasileiros natos ou naturalizados;
- (D) somente são reconhecidos aos brasileiros, natos ou naturalizados, não a estrangeiros como Maria;
- (E) podem ser fruídos por Maria caso a legislação infraconstitucional venha a reconhecê-los.

**36**

Ana, juíza de Direito, que há mais de uma década era titular da Vara Única de sua Comarca, proferiu diversas decisões que desagradaram as aristocracias locais do pequeno Município Alfa, situado no interior do país. Insatisfeitos com aquilo que rotulavam de “abuso de autoridade”, membros dessa aristocracia consultaram um advogado a respeito da possibilidade de Ana ser compulsoriamente removida da referida Comarca.

O advogado respondeu, corretamente, que Ana:

- (A) não pode ser removida contra a sua vontade em hipótese alguma, considerando a garantia da inamovibilidade;
- (B) somente pode ser removida caso seja condenada em sentença transitada em julgado, pela prática de crime ou ato de improbidade administrativa;
- (C) pode ser removida, por interesse público, pelo voto da maioria absoluta do respectivo tribunal ou do Conselho Nacional de Justiça, assegurada a ampla defesa;
- (D) pode ser removida, por necessidade social, por decisão do presidente do respectivo tribunal, após representação do corregedor-geral, assegurada a ampla defesa;
- (E) somente pode ser removida por decisão do Conselho Nacional de Justiça, caso seja comprovada a prática de infração penal ou a inobservância da produtividade exigida.

**37**

O prefeito do Município Alfa almejava encaminhar à Câmara Municipal, no presente exercício financeiro, um projeto de lei instituindo certa taxa, cujo fato gerador seria o exercício do poder de polícia, pela edilidade, nas situações indicadas.

Ao solicitar que sua assessoria se manifestasse sobre a possibilidade de ser criada essa exação tributária, bem como em relação ao momento em que sua cobrança seria possível, foi corretamente informado ao prefeito que o Município Alfa:

- (A) somente pode instituir taxa, na situação indicada, se ela estiver prevista no rol taxativo da ordem constitucional, sendo que sua cobrança somente poderá ocorrer no exercício financeiro seguinte ao da publicação da lei, observado ainda o decurso do prazo de noventa dias contados da publicação;
- (B) pode instituir taxa na situação indicada, desde que, cumulativamente, esteja inserida no rol previsto em lei nacional, de competência privativa da União, e seja observado o decurso do prazo de noventa dias contados da publicação;
- (C) pode instituir taxa na situação indicada, sendo que sua cobrança somente poderá ocorrer no exercício financeiro seguinte ao da publicação da lei, observado ainda o decurso do prazo de noventa dias contados da publicação;
- (D) pode instituir taxa na situação indicada, desde que inserida no rol previsto em lei nacional, de competência privativa da União, observado o princípio da anterioridade;
- (E) não pode instituir taxas, ainda que possa cobrar e participar do produto da arrecadação das taxas que sejam instituídas pela União ou pelo Estado em que se situa.

**38**

O governador do Estado Alfa, ao avaliar a atuação dos defensores públicos no Estado, entendeu que determinada tese jurídica adotada nos processos criminais se mostrava inadequada, pois impunha elevado sofrimento à vítima, contribuindo, em diversas ocasiões, para a absolvição de criminosos contumazes. Por tal razão, decidiu que a melhor forma de superar esse estado de coisas seria a expedição de uma determinação de caráter geral fixando a tese a ser seguida.

Ao levar esse entendimento ao conhecimento de sua assessoria, foi corretamente explicado ao chefe do Poder Executivo que a referida determinação:

- (A) pode ser expedida pelo governador do Estado, considerando a sua condição de chefe da administração pública estadual;
- (B) pode ser expedida, mas apenas pelo defensor público geral, que exerce a chefia da Defensoria Pública;
- (C) não pode ser expedida, por estar em frontal colidência com o princípio da divisibilidade institucional;
- (D) não pode ser expedida, por estar em frontal colidência com o princípio da independência funcional;
- (E) pode ser expedida, por estar em total harmonia com o princípio da unidade.

**39**

O prefeito do Município Alfa elaborou as contas de governo e as contas de gestão correspondentes ao exercício financeiro X. Ato contínuo, questionou sua assessoria a respeito do órgão competente para julgá-las, considerando as competências constitucionais do Poder Legislativo e do Tribunal de Contas.

A assessoria respondeu, corretamente, que o julgamento deve ser realizado:

- (A) pela Câmara Municipal de Alfa, a partir de parecer do Tribunal de Contas, que somente deixará de prevalecer pelo voto de dois terços dos membros daquele colegiado;
- (B) pela Câmara Municipal de Alfa, em relação às contas de governo, e pelo Tribunal de Contas, em relação às contas de gestão;
- (C) pelo Tribunal de Contas do Município Alfa, se houver, ou, em caso negativo, pela Câmara Municipal de Alfa;
- (D) pela Câmara Municipal de Alfa, a partir de livre apreciação do parecer exarado pelo Tribunal de Contas;
- (E) pelo Tribunal de Contas do Município Alfa, com recurso para a Câmara Municipal de Alfa.

**40**

A autarquia XYZ tem o interesse de transferir a propriedade de um imóvel de sua titularidade para a sociedade empresária de que é devedora, buscando a extinção da obrigação, via dação em pagamento. Para que a alienação se perfectibilize, há a necessidade de observância de determinados requisitos.

Nesse cenário, é correto afirmar que, considerando-se a inalienabilidade relativa dos bens públicos, é essencial:

- (A) a desafetação do bem público, a juntada de estudo demonstrando a imprestabilidade do bem imóvel para a consecução das finalidades estatais, a existência de interesse público justificado, a avaliação do bem e a autorização legislativa, prescindindo-se, na espécie, de licitação;
- (B) a desafetação do bem público, a juntada de estudo demonstrando a imprestabilidade do bem imóvel para a consecução das finalidades estatais, a existência de interesse público justificado e a avaliação do bem, prescindindo-se, na espécie, de autorização legislativa e de licitação;
- (C) a desafetação do bem público, a existência de interesse público justificado, a avaliação do bem, a autorização legislativa e do ente federativo ao qual a autarquia está vinculada, e a licitação, na modalidade leilão;
- (D) a desafetação do bem público, a existência de interesse público justificado, a avaliação do bem, a autorização legislativa e a licitação, na modalidade leilão;
- (E) a desafetação do bem público, a existência de interesse público justificado, a avaliação do bem e a autorização legislativa, prescindindo-se de licitação.

**41**

João, estagiário não remunerado da Prefeitura de Niterói, concorreu, em janeiro de 2023, para que bens móveis, integrantes do acervo da municipalidade, fossem incorporados, de forma indevida, ao patrimônio de Guilherme, seu parente colateral de 4º grau. Após tomar ciência dos fatos, o Município de Niterói ingressou com ação de improbidade administrativa em face de João.

Nesse cenário, de acordo com a lei de improbidade administrativa, é correto afirmar que:

- (A) em havendo pedido de indisponibilidade de bens de João, o juízo, convencendo-se do risco de dano irreparável ou de risco ao resultado útil do processo, poderá decretar a medida, para garantir a recomposição do erário e o pagamento de eventual multa civil aplicada ao fim do processo;
- (B) a ação proposta em face de João deverá ser julgada extinta sem resolução do mérito, por ausência das condições para o regular exercício do direito de ação, porquanto o Município não tem legitimidade ativa para ingressar, em juízo, com a ação de improbidade administrativa;
- (C) com o ajuizamento da ação de improbidade administrativa em face de João, há a interrupção do prazo prescricional, que volta a fluir pelo interregno de quatro anos, o qual, alcançado, enseja a caracterização da prescrição intercorrente, salvo em relação ao ressarcimento ao erário;
- (D) o pedido deverá, ao final do processo, após a observância do contraditório e da ampla defesa, ser julgado improcedente, considerando que João não pode ser punido nos termos da Lei nº 8.429/1992, por não ser reputado agente público;
- (E) comprovado o dolo de João, este poderá ser condenado por ato de improbidade administrativa que importa em enriquecimento ilícito, após a observância do contraditório e da ampla defesa.

**42**

Em decorrência da grave crise financeira que vem enfrentando, o Município X está conjecturando alienar obras artísticas de sua propriedade, tombadas, que adornam a sede da respectiva Prefeitura.

Em relação a tais bens, é correto afirmar que:

- (A) são inalienáveis por natureza e só poderão ser transferidos entre entes federativos;
- (B) tem a sua alienação subordinada à existência de interesse público devidamente justificado e avaliação prévia, bem como licitação na modalidade concorrência;
- (C) podem ser objeto de permuta com outro ente da federação, desde que realizada licitação na modalidade leilão;
- (D) apenas podem ser alienados para a União, mediante dispensa de licitação, devidamente documentada;
- (E) após a avaliação e motivação quanto ao interesse público justificante, podem ser alienados para pessoas de direito privado, mediante licitação na modalidade leilão.

**43**

João, servidor público estatutário, estável, é investigado pela prática de um ilícito administrativo. Após a observância do contraditório e da ampla defesa, em um processo administrativo específico, o agente público é demitido. Guilherme, servidor público estável, passa a ocupar o cargo até então preenchido por João. Seis meses depois, João obtém decisão judicial favorável, anulando o processo administrativo disciplinar, em razão da ocorrência de vício formal.

Nesse cenário, considerando os institutos jurídicos afetos ao provimento derivado de agentes públicos, é correto afirmar que:

- (A) João será reintegrado ao cargo de origem, sem ressarcimento da remuneração e vantagens não percebidas, sob pena de enriquecimento sem causa do agente público. Guilherme, por sua vez, será revertido ao cargo anteriormente ocupado. Caso este esteja preenchido, o servidor será aproveitado em outro cargo de atribuições e vencimentos compatíveis com o anteriormente ocupado;
- (B) João será reintegrado ao cargo de origem, com ressarcimento da remuneração e vantagens não percebidas. Guilherme, por sua vez, será reconduzido ao cargo anteriormente ocupado. Caso este esteja preenchido, o servidor será aproveitado em outro cargo de atribuições e vencimentos compatíveis com o anteriormente ocupado;
- (C) João será reconduzido ao cargo de origem, com ressarcimento da remuneração e vantagens não percebidas. Guilherme, por sua vez, será reintegrado ao cargo anteriormente ocupado. Caso este esteja preenchido, o servidor será aproveitado em outro cargo de atribuições e vencimentos compatíveis com o anteriormente ocupado;
- (D) João será reintegrado ao cargo de origem, com ressarcimento da remuneração e vantagens não percebidas. Guilherme, por sua vez, será revertido ao cargo anteriormente ocupado. Caso este esteja preenchido, o servidor será colocado em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço;
- (E) João será reintegrado ao cargo de origem, com ressarcimento da remuneração e vantagens não percebidas. Guilherme, por sua vez, será aproveitado em outro cargo de atribuições e vencimentos compatíveis com o anteriormente ocupado.

**44**

Diante dos severos problemas enfrentados em hospital público do Município Beta, que estava colocando em risco a saúde da população, o respectivo Estado Beta, com amparo na Lei do SUS, determinou a requisição administrativa de tal bem de titularidade do mencionado Município e serviços correlatos, a fim de debelar a mencionada situação de iminente perigo público e atender ao interesse da coletividade.

Acerca dessa situação hipotética, à luz da orientação do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que:

- (A) a validade da requisição administrativa determinada depende da aquiescência do Município Beta;
- (B) o Estado Beta não pode realizar tal requisição administrativa sem a prévia autorização do Judiciário;
- (C) a medida determinada revela-se inconstitucional, porque a requisição administrativa só pode recair sobre a propriedade particular;
- (D) a medida adotada pelo Estado Beta revela-se adequada, pois pautada em garantia constitucional, a fim de afastar a situação de iminente perigo público;
- (E) para realizar a requisição administrativa em questão era imprescindível que o Estado Beta tivesse editado um decreto para reconhecer a calamidade pública nos serviços de saúde.

**45**

A sociedade empresária XYZ, em junho de 2021, interveio na atuação de determinada agência reguladora, buscando obter proveitos para a atividade empresarial exercida. Meses após os fatos, a sociedade empresária XYZ e a entidade concorrente ABC, com aprovação do CADE, consumaram a operação societária de fusão, ensejando o engendramento de nova pessoa jurídica.

Após meses de investigação, comprovou-se que a operação societária de fusão não teve objetivo de fraude ou de simulação.

Nesse cenário, considerando os ditames da Lei nº 12.846/2013, é correto afirmar que:

- (A) a sociedade empresária sucessora, fruto da fusão, não está sujeita às sanções previstas na Lei nº 12.846/2013, em razão dos atos perpetrados pela sociedade empresária XYZ, porquanto a operação societária ocorreu após os fatos e a investigação comprovou que não houve intuito de fraude ou de simulação;
- (B) a instauração e o julgamento de processo administrativo para apuração da responsabilidade da pessoa jurídica caberá à autoridade máxima de cada órgão ou entidade, que agirá mediante provocação ou de ofício, inexistindo, na última hipótese, ofensa ao princípio da imparcialidade;
- (C) a sociedade empresária sucessora, fruto da fusão, está sujeita a todas as sanções previstas na Lei nº 12.846/2013, em razão dos atos perpetrados pela sociedade empresária XYZ, porquanto a operação societária ocorreu após os fatos;
- (D) a responsabilização da pessoa jurídica pressupõe a apuração das condutas individuais dos dirigentes ou administradores, porquanto a entidade, enquanto ficção jurídica, atua por intermédio de pessoas naturais;
- (E) as pessoas jurídicas serão responsabilizadas subjetivamente, nos âmbitos administrativo e civil, pelos atos lesivos previstos na Lei nº 12.846/2013, praticados em seu interesse ou benefício, exclusivo ou não.

46

A Administração Pública editou ato administrativo favorável ao servidor público Dexter, com o pagamento de dois benefícios remuneratórios. Contudo, apurou-se, posteriormente, que o agente público fazia jus a, apenas, um dos benefícios concedidos. Nesse cenário, é correto afirmar que:

- (A) verificando-se o vício em um dos objetos do ato administrativo, a Administração Pública poderá convalidá-lo, por meio da ratificação, afastando o objeto inválido e mantendo incólume o objeto válido, desde que não acarrete lesão ao interesse público e prejuízos a terceiros;
- (B) verificando-se o vício em um dos objetos do ato administrativo, a Administração Pública poderá convalidá-lo, por meio da conversão, afastando o objeto inválido e mantendo incólume o objeto válido, desde que não acarrete lesão ao interesse público e prejuízos a terceiros;
- (C) verificando-se o vício em um dos objetos do ato administrativo, a Administração Pública poderá convalidá-lo, por meio da reforma, afastando o objeto inválido e mantendo incólume o objeto válido, desde que não acarrete lesão ao interesse público e prejuízos a terceiros;
- (D) verificando-se o vício em um dos objetos do ato administrativo, caso reste demonstrada a culpa da Administração Pública, o servidor público fará jus aos dois benefícios concedidos, não podendo ser prejudicado pelo erro do ente estatal;
- (E) verificando-se o vício em um dos objetos do ato administrativo, a Administração Pública deverá anulá-lo, com base no princípio da autotutela, porquanto do ato ilegal não se originam direitos.

47

Determinada entidade privada, sem fins lucrativos, caracterizada como organização da sociedade civil, propõe e acaba por celebrar parceria com a Administração Pública, com o desiderato precípua de alcançar finalidades de interesse público e recíproco, mediante a transferência de recursos financeiros.

Nesse cenário, a parceria entre a entidade privada e a Administração Pública é formalizada por meio do seguinte instrumento jurídico:

- (A) termo de colaboração;
- (B) acordo de cooperação;
- (C) contrato de gestão;
- (D) termo de parceria;
- (E) termo de fomento.

48

Guilherme, servidor público estatutário, em fevereiro de 2023, frustrou, de forma dolosa, a licitude de processo licitatório. Os fatos chegaram ao conhecimento do Ministério Público, que ingressou com ação de improbidade administrativa em face do agente público, imputando a conduta típica descrita no Art. 10, VIII, da Lei nº 8.429/1992 (ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário). O *Parquet* requereu, ainda, a decretação da indisponibilidade dos bens do demandado, demonstrando a probabilidade da ocorrência dos atos descritos na petição inicial. Aduziu que o entendimento pacífico é no sentido de que, presente o *fumus boni iuris*, o perigo de dano irreparável ou de risco ao resultado útil do processo (*periculum in mora*) é presumido.

O juiz recebeu a petição inicial e decretou a indisponibilidade, nos termos requeridos pelo Ministério Público, salientando a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) sobre a matéria.

Ao fim da instrução processual, após a observância do contraditório e da ampla defesa, malgrado seja inquestionável a frustração do processo licitatório e o dolo do agente público, não restou comprovada a perda patrimonial efetiva do ente estatal. Ademais, a defesa técnica juntou, com a ciência da parte contrária, cópia da sentença proferida na esfera penal, versando sobre os mesmos fatos, no âmbito da qual o agente público foi absolvido, em razão de insuficiência probatória.

Nesse cenário, é correto afirmar que o juízo atuou de forma:

- (A) equivocada ao decretar a indisponibilidade dos bens do agente público, sem a comprovação do perigo de dano irreparável ou de risco ao resultado útil do processo, considerando que a Lei nº 8.429/1992, alterada pela Lei nº 14.230/2021, passou a exigir, expressamente, a comprovação do *periculum in mora*, que não pode ser presumido. Como não houve a comprovação da perda patrimonial efetiva do ente público, o juízo deverá alterar a classificação jurídica atribuída aos fatos pelo Ministério Público, condenando o agente público por ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração Pública, que funciona como um tipo subsidiário;
- (B) correta ao decretar a indisponibilidade dos bens do agente público, pois, demonstrado o *fumus boni iuris*, o perigo de dano irreparável ou de risco ao resultado útil do processo é presumido. Como não houve a comprovação da perda patrimonial efetiva do ente público, o juízo deverá alterar a classificação jurídica atribuída aos fatos pelo Ministério Público, condenando o agente público por ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração Pública, que funciona como um tipo subsidiário;
- (C) equivocada ao decretar a indisponibilidade dos bens do agente público, sem a comprovação do perigo de dano irreparável ou de risco ao resultado útil do processo, considerando que a Lei nº 8.429/1992, alterada pela Lei nº 14.230/2021, passou a exigir, expressamente, a comprovação do *periculum in mora*, que não pode ser presumido. Como houve a prolação de sentença absolutória na esfera penal, há a perda do objeto da ação de improbidade administrativa, que deverá ser extinta, com a consequente remessa necessária ao Tribunal;

- (D) equivocada ao decretar a indisponibilidade dos bens do agente público, sem a comprovação do perigo de dano irreparável ou de risco ao resultado útil do processo, considerando que a Lei nº 8.429/1992, alterada pela Lei nº 14.230/2021, passou a exigir, expressamente, a comprovação do *periculum in mora*, que não pode ser presumido. Como não houve a comprovação da perda patrimonial efetiva do ente público, o juízo deverá julgar improcedente o pedido;
- (E) correta ao decretar a indisponibilidade dos bens do agente público, pois, demonstrado o *fumus boni iuris*, o perigo de dano irreparável ou de risco ao resultado útil do processo é presumido. Como não houve a comprovação da perda patrimonial efetiva do ente público, o juízo deverá julgar improcedente o pedido, com a consequente remessa necessária ao Tribunal.

**49**

Vinícius, médico endocrinologista, ao receber a paciente Suzana em seu consultório particular com o relato de determinados sintomas, prescreveu para ela o uso contínuo de um medicamento, esclarecendo de forma minuciosa a dose e a frequência com que o fármaco deveria ser ministrado. Alguns meses depois, Vinícius tomou conhecimento de que Suzana fora internada às pressas no hospital, com seus rins gravemente comprometidos. Após um difícil tratamento, Suzana recebeu alta, mas com um déficit permanente de 50% da sua função renal. Ato contínuo, ajuizou ação indenizatória em face de Vinícius, postulando reparação por danos morais decorrentes da lesão à sua saúde, causada, segundo ela afirmou, pela medicação que o médico prescreveu. Realizada perícia no curso da instrução processual, apurou-se que o medicamento prescrito por Vinícius não servia, absolutamente, ao tratamento dos sintomas que Suzana relatara em seu consultório, sendo recomendado para casos totalmente diversos. A perícia detectou, ainda, que, embora a dosagem prescrita por Vinícius fosse totalmente inofensiva, a falha na atividade renal da paciente somente ocorreu porque, conforme ela mesma relatou ao perito, Suzana passou meses tomando o triplo da dose receitada, aconselhada por uma amiga que lhe disse que isso aceleraria seu tratamento. Considerando que os resultados apurados pela perícia estão corretos, é adequado afirmar que o médico:

- (A) não deve indenizar Suzana pelo dano moral alegado, pois, nesse caso, ocorreu fato exclusivo da vítima;
- (B) não deve indenizar Suzana pelo dano moral alegado, pois Vinícius não agiu com culpa nem dolo;
- (C) deve indenizar Suzana em parte pelo dano moral alegado, pois, nesse caso, ocorreu fato concorrente da vítima;
- (D) deve indenizar Suzana integralmente pelo dano moral alegado, pois a responsabilidade civil de Vinícius é objetiva;
- (E) deve indenizar Suzana integralmente pelo dano moral alegado, pois Vinícius agiu com imperícia ao medicá-la.

**50**

Rogério, viúvo, aposentado de poucos recursos e que jamais conseguiu adquirir um imóvel ao longo de sua vida, invadiu e começou a exercer imediatamente a posse, de forma contínua e com ânimo de dono, de um terreno particular com uma modesta casa construída no centro da cidade do Rio de Janeiro. Ele viveu no imóvel, sem encontrar nenhuma oposição, por cerca de três anos, vindo a falecer em seguida. Seu filho, Daniel, solteiro, profissional autônomo, que passou a morar no imóvel com Rogério no último mês de vida deste, permaneceu ali após a morte do pai, também com ânimo de dono, de forma contínua e sem oposição.

Para que Daniel possa tornar-se proprietário do imóvel por usucapião na forma regulada pelo Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001), dentro do menor prazo possível nessas circunstâncias, é imprescindível que, sem prejuízo de outros requisitos:

- (A) a área do imóvel seja igual ou inferior a 150m<sup>2</sup>;
- (B) a posse de Daniel tenha justo título;
- (C) a posse de Daniel permaneça de boa-fé até que se complete o prazo de usucapião;
- (D) Daniel permaneça morando ininterruptamente no imóvel pelo prazo mínimo de cinco anos;
- (E) Daniel não seja proprietário de outro imóvel até que se complete o prazo de usucapião.

**51**

Fernando é dono de uma pequena floricultura. Certa vez, ele comentou com seu irmão Francisco que estava preocupado, pois uma dívida vultosa contraída com um fornecedor de flores venceria no mês seguinte e ele não sabia se disporia de recursos suficientes para adimplir o débito. Fernando ainda disse ao irmão que já tinha consultado um advogado e que não dispunha de qualquer argumento jurídico para eximir-se do pagamento da dívida. Naquele mesmo dia, apiedando-se da situação do irmão, Francisco decidiu surpreendê-lo e, sem nada dizer a ele, pagou, em nome próprio, a dívida integral junto ao fornecedor de flores, que prontamente aceitou o pagamento.

Em casos como esse, o direito civil brasileiro estabelece que Francisco:

- (A) sub-rogou-se automaticamente no direito que o fornecedor de flores titularizava contra Fernando;
- (B) nada pode cobrar de Fernando, pois realizou o pagamento sem o conhecimento deste;
- (C) nada pode cobrar de Fernando, pois realizou o pagamento em nome próprio;
- (D) pode cobrar de Fernando o reembolso do valor pago, mas apenas a partir da data de vencimento da dívida original;
- (E) pode cobrar de Fernando o reembolso do valor pago, desde a data em que realizou o pagamento.

**52**

Flávio, pescador que vive em uma pequena vila no litoral do Estado, certa noite, passando por uma casa que parecia vazia, pulou o muro e pernitoou no imóvel, tomando cuidado para que nenhum vizinho notasse sua presença no local. Não encontrando resistência, repetiu o mesmo procedimento todas as noites por dois meses, aproveitando-se do conforto das instalações do imóvel. Passado esse tempo, e percebendo que nenhum mal lhe aconteceu, Flávio passou a usar a casa de forma ostensiva, também à luz do dia, inclusive convidando amigos e parentes para ali permanecerem com ele. Passados um ano e um mês desde a primeira vez em que Flávio pulou o muro da casa, Ricardo, o proprietário do imóvel, que mora em outra cidade e utiliza aquela residência apenas esporadicamente, visitou a vila e foi surpreendido pelo fato de o pescador estar morando no local. Flávio, por sua vez, repeliu Ricardo violentamente, exigindo que ele nunca mais voltasse. No mesmo dia, Ricardo ajuizou uma ação de reintegração de posse em face de Flávio, comprovando todos os fatos narrados.

Nesse caso, é correto afirmar que:

- (A) a posse de Flávio é de força nova;
- (B) a posse de Flávio é precária;
- (C) a posse de Flávio é violenta;
- (D) Ricardo deve ser reintegrado na posse do imóvel porque alega ser o proprietário registral deste;
- (E) Ricardo deve ser reintegrado na posse do imóvel porque sua posse tinha justo título.

**53**

Esmeralda, professora de artes plásticas, está enfrentando problemas de relacionamento com seu marido Adalberto. Tudo indica que o divórcio do casal é iminente. Casada sob o regime de comunhão parcial de bens, Esmeralda teme que, caso venha efetivamente a se divorciar, acabe perdendo para Adalberto, na partilha do patrimônio comum do casal, a propriedade de uma pintura valiosa que adquiriu recentemente. Por isso, propôs à sua irmã Ludmila que guardasse temporariamente a obra de arte para ela em sua casa e que formalizasse com ela um contrato de compra e venda da pintura, por um preço irrisório, que Esmeralda lhe restituiria posteriormente. As irmãs assim procederam, tendo Esmeralda transferido a pintura para Ludmila, que, por sua vez, pagou à irmã o valor avençado.

Considerando que todos esses fatos encontrem-se comprovados, é correto afirmar que o contrato de compra e venda firmado entre Esmeralda e Ludmila:

- (A) é anulável, podendo Adalberto, caso se sinta prejudicado, pedir a sustação de seus efeitos;
- (B) é válido, mas inoponível a Adalberto, que pode desconsiderar seus efeitos em eventual partilha de bens;
- (C) era anulável, mas foi convalidado pelo cumprimento espontâneo das prestações pelas partes;
- (D) é nulo, mas pode ser convertido em doação pura e simples por força do princípio de conservação do negócio jurídico;
- (E) pode ser declarado nulo de ofício pelo juiz que venha a apreciar seus efeitos, ainda que contra a vontade das partes.

**54**

A XX Ltda. é uma produtora de alimentos orgânicos que frequentemente fornece produtos para os Supermercados Preço e Qualidade Ltda. No dia 20 de janeiro de 2023, um caminhão da empresa XX que descarregava produtos em uma das lojas do Preço e Qualidade foi gravemente danificado ao ser atingido por uma empilhadeira controlada de forma negligente por um funcionário do supermercado. Embora o caminhão ainda se encontre em reparo e o montante do prejuízo causado ao veículo não tenha sido apurado, estima-se que seja superior a R\$ 15.000,00. No mesmo dia, a produtora firmou dois contratos com o supermercado: um de fornecimento de um lote de açúcar orgânico e outro de fornecimento de dois lotes de farinha de trigo orgânica. Pelo contrato de fornecimento de açúcar, ficou acordado que o supermercado pagaria à produtora o valor de R\$ 10.000,00 no dia 20 de fevereiro de 2023; já pelo contrato de fornecimento de farinha, as partes avençaram que o supermercado pagaria R\$ 7.000,00 pelo primeiro lote em 20 de fevereiro de 2023 e o mesmo valor pelo segundo lote em 27 de fevereiro de 2023. Nenhum pagamento foi feito pelo Preço e Qualidade à empresa XX desde então, muito embora esta última tenha adimplido todas as prestações que lhe incumbiam. Em 27 de fevereiro de 2023, o supermercado pagou R\$ 7.000,00 à produtora, sem especificar a qual dos débitos aquele valor se referia. O setor responsável da produtora, por sua vez, deu quitação ao supermercado pelo valor pago, sem que o documento tampouco especificasse em qual dos débitos fora imputado o pagamento.

Considerando que as partes não consigam chegar a um acordo, o Código Civil brasileiro prevê que o pagamento em questão deve ser imputado:

- (A) integralmente na dívida reparatória dos danos ao caminhão;
- (B) integralmente na dívida referente ao fornecimento de açúcar;
- (C) integralmente na dívida referente ao segundo lote de farinha;
- (D) em parte na dívida oriunda do fornecimento de açúcar e em parte na dívida referente ao primeiro lote de farinha;
- (E) em parte na dívida referente ao primeiro lote de farinha e em parte na dívida referente ao segundo lote de farinha.

55

Fabrcio celebrou contrato de muto com o Banco A em janeiro de 2022, oferecendo em garantia hipotecaria da divida, prevista para vencer em junho daquele ano, um dos seus diversos imoveis. O registro da hipoteca foi requerido em abril e ultimado em maio de 2022. Em fevereiro de 2022, Fabrcio celebrou novo contrato de muto, desta vez com o Banco B, oferecendo como garantia do negocio hipoteca sobre o mesmo imovel. A prenotacao desta hipoteca deu-se em maro, sendo o respectivo registro concluido em abril de 2022. Considere que ambas as hipotecas foram constituidas validamente e que a obrigacao contraida perante o Banco B tinha seu vencimento estipulado apenas para outubro de 2022. Considere, ainda, que Fabrcio esteve a todo tempo plenamente solvente, mas nunca pagou a divida contraida perante o Banco A.

Nesse cenario, e correto afirmar que, no mes de julho de 2022:

- (A) o Banco A ja poderia executar sua garantia hipotecaria sobre o imovel;
- (B) o Banco B ja poderia executar sua garantia hipotecaria sobre o imovel;
- (C) nenhuma das duas garantias hipotecarias constituidas sobre o imovel poderia ser executada naquele momento;
- (D) a divida contraida perante o Banco B ja poderia ser considerada vencida antecipadamente;
- (E) o Banco A ja poderia remir a hipoteca oferecida ao Banco B, consignando em juizo a importancia devida a este.

56

Diego e Claudio moram em casas vizinhas em uma mesma vila. Certa vez, Diego realizou uma viagem de cinco meses ao exterior. Durante esse periodo, comecaram a ocorrer assaltos todas as noites as casas da vila, com enorme prejuizo para todos os moradores. Constatando que a casa de Diego seria com certeza alvo de um assalto iminente, e nao tendo acesso a nenhum meio para se comunicar com ele, Claudio decidiu espontaneamente contratar uma pessoa juridica especializada em sistemas de seguranca para instalar um alarme na porta de entrada da casa de Diego. O alarme foi imediatamente instalado e o pagamento pelo servico, contratado por Claudio em nome de Diego, ficou agendado para uma data posterior, na qual Diego ja teria retornado de viagem. No dia seguinte, por em, os moradores do local se reuniram e decidiram custear a construcao de uma guarita de vigilancia na entrada da vila, solucionando permanentemente o problema dos assaltos, que nao voltaram a se repetir. Al em disso, na vespera do retorno de Diego ao Brasil, o alarme instalado na casa dele sofreu um curto-circuito totalmente inevitavel e imprevisivel, que levou o aparelho a explodir, causando danos a fachada da casa. Quando Diego afinal retornou e foi comunicado de todo o acontecido, desaprovou veementemente as atitudes de Claudio, exigiu que este o indenizasse pelos danos a fachada de sua casa e afirmou que Claudio deveria pagar em nome proprio a divida contraida com a pessoa juridica que instalou o alarme. Claudio, por em, sustenta que deve ser Diego a cumprir a obrigacao perante a empresa de seguranca e que nao pode ser responsabilizado pelos danos a fachada da casa, aos quais nao deu causa.

Nesse cenario, conclui-se que assiste razao a:

- (A) Claudio, pois a instalacao do alarme era necessaria na ocasio em que foi feita, visando a evitar prejuizo iminente;
- (B) Diego, pois, como Claudio interferiu em seus bens contra a vontade dele, torna-se responsavel ate mesmo pelo fortuito;
- (C) Diego, pois, com a construcao da guarita na vila, a instalacao do alarme nao lhe proporcionou nenhuma utilidade concreta;
- (D) Diego, pois Claudio agiu sem poder de representacao e deve assumir, assim, toda a responsabilidade em nome proprio;
- (E) Claudio, pois a lei limita a sua responsabilidade a importancia das vantagens efetivas obtidas por Diego.

57

Adriana atua no setor de transporte particular de passageiros. Há algum tempo, ela foi contratada por um escritório de contabilidade para realizar o transporte dos funcionários do escritório de casa para o trabalho em um micro-ônibus. O negócio, celebrado pelo prazo de seis meses, previa que Adriana realizaria o transporte continuamente, todos os dias úteis, e seria remunerada apenas no termo final do contrato, em uma prestação única. Passados os primeiros três meses de cumprimento do contrato, porém, um escândalo envolvendo o escritório de contabilidade foi noticiado pela imprensa. Segundo relataram diversos jornais, o escritório cometera um erro crasso de escrituração de uma grande sociedade para a qual prestava serviços. Ainda de acordo com a imprensa, o escândalo fez com que o escritório perdesse a grande maioria de seus clientes, havendo rumores de que talvez viesse a encerrar suas atividades. Apreensiva por supor que existia um risco real de não receber qualquer remuneração no prazo contratual, Adriana decidiu suspender unilateralmente o transporte até que o escritório pagasse sua contraprestação.

Considerando verdadeiras as notícias sobre a crise por que passa o escritório, a conduta de Adriana se configura como:

- (A) inadimplemento contratual, pois a obrigação do escritório de remunerar Adriana ainda não era exigível, não assistindo a ela, assim, alegar exceção de contrato não cumprido;
- (B) exercício legítimo de exceção de contrato não cumprido, pois o fundado receio de descumprimento da obrigação do escritório gera o seu vencimento antecipado;
- (C) resilição unilateral nula de pleno direito, porque Adriana não concedeu ao escritório aviso prévio mínimo para compensar os investimentos feitos em prol da execução do contrato;
- (D) resilição unilateral plenamente válida, por se tratar de alternativa admitida implicitamente em todos os contratos de longa duração ou celebrados por prazo indeterminado;
- (E) exercício legítimo de exceção, embora o escritório possa compelir Adriana a retomar a execução se oferecer a ela garantia bastante de cumprimento da obrigação vincenda.

58

Ana Maria, médica cardiologista, mora com seu marido e seus dois filhos na cidade de Niterói. Quatro vezes por semana, ela se desloca até o Rio de Janeiro para trabalhar em um hospital público da rede municipal, no qual se encontra lotada como servidora efetiva. No quinto dia útil da semana, Ana Maria atende pacientes em seu consultório particular, instalado em uma sala comercial que aluga há muitos anos no Município de São Gonçalo. Atualmente, Ana Maria está passando férias de trinta dias com sua família em uma casa alugada no Município de Saquarema.

A respeito desse caso, é correto afirmar que:

- (A) Ana Maria tem vários domicílios, todos voluntários;
- (B) todos os Municípios mencionados podem ser considerados domicílios de Ana Maria;
- (C) entre os Municípios de domicílio de Ana Maria não se incluem São Gonçalo nem Saquarema;
- (D) vários Municípios são domicílio de Ana Maria, incluindo Rio de Janeiro e São Gonçalo;
- (E) Ana Maria tem domicílio especial em Niterói.

59

Anderson decidiu comprar uma casa de praia para passar os feriados e finais de semana com sua família. Pesquisando por imóveis na internet, ele encontrou o anúncio de uma casa à venda na localidade que desejava, com um bom preço e ricamente ilustrado por fotografias atuais do bem. Anderson entrou em contato com o vendedor, que ainda residia na casa à época, e, após um período de negociações, a compra e venda do imóvel foi celebrada. O preço foi pago à vista e o vendedor entregou as chaves no prazo avençado, mas, quando Anderson finalmente ingressou na casa pela primeira vez, descobriu que vários itens que apareciam nas fotografias anunciadas estavam faltando no imóvel, tendo sido retirados pelo vendedor quando desocupou o local.

Considerando que as partes nada dispuseram no contrato sobre nenhum desses itens, é correto afirmar que o vendedor:

- (A) podia levar consigo os ventiladores de teto dos quartos, por se tratar de pertencas;
- (B) podia arrancar as duas árvores que estavam plantadas no jardim da casa, por se tratar de coisas fungíveis;
- (C) podia remover a porta dos fundos da casa, sem estar obrigado a substituí-la, por se tratar de fruto industrial;
- (D) deveria ter deixado na casa as torneiras instaladas nos banheiros, por se tratar de bens coletivos;
- (E) deveria ter deixado na casa os vasos de plantas da varanda, por se tratar de bens imóveis por acessão física.

**60**

Quando Antônio, ainda no início de sua carreira profissional, ficou desempregado, seu pai, Carlos, preocupado com suas condições de sustento, deu a ele em usufruto um pequeno sítio de sua propriedade no interior do estado, pelo prazo de cinco anos. O imóvel conta com uma casa ampla, de dois andares, e um pomar, cuja produção periódica de frutos é suficiente para atender ao comércio local. Carlos imaginou, assim, que a constituição do usufruto em favor do filho ofereceria a este, no mínimo, uma moradia adequada e uma possível fonte de renda até que ele conseguisse se reerguer. Regularmente constituído o usufruto, Antônio mudou-se imediatamente para o sítio. Verificando que a casa era grande demais apenas para ele, Antônio alugou o andar superior, por prazo determinado, para seu amigo Lúcio, que desejava morar naquela área. Embora tenha sido um inquilino adimplente durante a maior parte do tempo, Lúcio deixou de pagar os aluguéis referentes aos últimos três meses do contrato de locação, findo o qual desocupou o imóvel, algumas semanas antes do advento do termo final do usufruto. Dias depois de esgotado o prazo do usufruto, e tendo se reequilibrado financeiramente, Antônio agora se prepara para devolver o imóvel ao pai.

Nesse caso, é correto afirmar que:

- (A) nenhum aluguel deveria ter sido pago por Lúcio a Antônio, pois, sendo o direito real de usufruto personalíssimo, é nula a cessão do uso do imóvel pelo usufrutuário para terceiros;
- (B) Antônio ainda pode colher os frutos que estão pendentes no pomar antes de restituir o imóvel a Carlos, mas não pode mais cobrar de Lúcio os aluguéis vencidos e ainda não pagos;
- (C) Antônio não pode mais colher os frutos que estão pendentes no pomar antes de restituir o imóvel a Carlos, mas ainda pode cobrar de Lúcio os aluguéis vencidos e não pagos;
- (D) Antônio ainda pode colher os frutos que estão pendentes no pomar antes de restituir o imóvel a Carlos, bem como cobrar de Lúcio os aluguéis vencidos e ainda não pagos;
- (E) nenhum fruto poderia ter sido colhido do pomar por Antônio ao longo dos cinco anos, pois o usufruto somente permite a fruição que não acarrete diminuição da substância da coisa.

**61**

No que concerne ao incidente de descon sideração da personalidade jurídica, é correto afirmar que:

- (A) a sua instauração pode ocorrer a pedido da parte e do Ministério Público, sem prejuízo da iniciativa *ex officio* do órgão judicial;
- (B) a sua instauração é cabível em todas as fases do processo de conhecimento, no cumprimento de sentença e na execução arrimada em título executivo extrajudicial;
- (C) a sua instauração é admissível nos feitos em curso na primeira instância, mas não nos que tramitam no segundo grau de jurisdição;
- (D) a sua resolução se dará por meio de sentença, contra a qual é cabível o recurso de apelação;
- (E) a sua resolução se dará por meio de decisão interlocutória, contra a qual não é cabível nenhuma via recursal típica.

**62**

Em um determinado processo em cujo polo passivo figurava ente federativo municipal, o juiz da causa proferiu uma decisão interlocutória que padecia de erro material.

Nesse contexto, é correto afirmar que o Município:

- (A) não poderá interpor embargos de declaração, por falta de interesse recursal, bastando-lhe protocolizar petição simples;
- (B) não poderá interpor embargos de declaração, por incabíveis, já que o provimento jurisdicional não é uma sentença;
- (C) poderá interpor embargos de declaração, no prazo de cinco dias úteis, a partir da intimação regular;
- (D) poderá interpor embargos de declaração, no prazo de dez dias úteis, a partir da intimação regular;
- (E) poderá interpor embargos de declaração, no prazo de quinze dias úteis, a partir da intimação regular.

**63**

A Fazenda Pública ofereceu impugnação contra sentença que lhe impôs uma condenação pecuniária sujeita a pagamento por expedição de precatório, bem como foram fixados honorários advocatícios de 10% sobre a condenação.

Rejeitada a impugnação, os honorários advocatícios no cumprimento da sentença contra a Fazenda Pública:

- (A) não serão devidos, nem os honorários fixados na sentença condenatória;
- (B) serão devidos, mas não os honorários fixados na sentença condenatória;
- (C) não serão devidos, mas sim majorado o percentual dos honorários fixados na sentença condenatória;
- (D) serão devidos, além dos honorários já fixados na sentença condenatória;
- (E) não serão devidos, mas apenas os honorários fixados na sentença condenatória.

**64**

André intentou ação em face de Bruno, pleiteando a declaração de nulidade do contrato por ambos celebrado.

Regularmente citado, Bruno ofereceu peça contestatória, na qual expôs os seus argumentos defensivos. Além disso, dedicou um dos tópicos de sua peça de bloqueio a deduzir pretensão reconvenção em face de André e do fiador deste, Carlos, pedindo a condenação de ambos a lhe pagar uma obrigação pecuniária derivada do mesmo contrato.

Na sequência, André manifestou a desistência de sua ação, com o que Bruno, intimado a se pronunciar a respeito, concordou.

É correto afirmar, nesse cenário, que:

- (A) a reconvenção não pode ser admitida, por ter sido formulada num tópico da peça contestatória, e não numa petição autônoma;
- (B) a reconvenção não pode ser admitida, por importar, indevidamente, numa ampliação subjetiva antes inexistente no processo;
- (C) a desistência manifestada por André configura óbice ao prosseguimento do processo, no tocante à reconvenção;
- (D) após o oferecimento da reconvenção por Bruno, André deverá ser citado por oficial de justiça para ofertar resposta;
- (E) caso Bruno tivesse se limitado a propor reconvenção, sem oferecer peça contestatória, aquela seria admissível.

**65**

Concluídas as fases postulatória e instrutória em um determinado feito de procedimento comum, o juiz proferiu sentença em que condenava o réu a pagar à autora, uma instituição de ensino, a quantia de R\$ 10.000,00.

Sem que tivesse sido interposto recurso de apelação, a sentença condenatória transitou em julgado.

Seis meses após o trânsito em julgado da última decisão proferida no processo, o réu descobriu que o juiz que ali atuava lecionava, àquela época, na instituição de ensino demandante, com a qual tinha firmado um contrato de prestação de serviços.

Nesse cenário, é correto afirmar que a sentença foi proferida por juiz:

- (A) suspeito, não sendo cabível o ajuizamento da ação rescisória para impugná-la;
- (B) suspeito, sendo cabível o ajuizamento da ação rescisória para impugná-la;
- (C) impedido, não sendo cabível o ajuizamento da ação rescisória para impugná-la;
- (D) impedido, sendo cabível o ajuizamento da ação rescisória para impugná-la;
- (E) impedido, não podendo ser ajuizada a ação rescisória para impugná-la por não terem se esgotado todos os recursos cabíveis no feito primitivo.

**66**

Joaquim propôs uma demanda em face de Pedro, tendo por objeto a devolução do carro que lhe emprestara e que não fora devolvido no prazo estipulado. Formulou também um pedido indenizatório de R\$ 100.000,00, que representava o valor do veículo, caso não fosse possível sua restituição. O juiz julgou procedente o pedido indenizatório, sem enfrentar o pedido de restituição do bem, por entender que o pedido subsidiário englobava o primeiro.

Nesse cenário, é correto afirmar que:

- (A) o autor não poderá apelar da sentença, uma vez que foi julgado procedente o pedido indenizatório;
- (B) o autor poderá apelar da sentença, uma vez que há *error in procedendo*;
- (C) há cumulação simples de pedidos, o que revela o interesse recursal para o exame do pedido de restituição do bem;
- (D) há cumulação alternativa, o que impede o interesse recursal do autor;
- (E) há cumulação sucessiva, o que revela o interesse recursal do autor.

**67**

Caio ajuizou demanda no Juizado Especial Cível da Comarca X, onde era domiciliado, tendo pleiteado a condenação de Tício a lhe pagar verba indenizatória de danos morais.

Regularmente citado, Tício, no momento processual oportuno, ofertou contestação na qual, sem prejuízo de suas teses defensivas de mérito, alegou que a ação não deveria ter sido intentada no Juizado Especial Cível da Comarca X, mas sim no da Comarca Y, onde tem domicílio.

Reconhecendo que assistia razão a Tício no tocante aos argumentos em que se estribava a questão preliminar arguida, deve o juiz:

- (A) reconhecer o vício da incompetência relativa e julgar extinto o feito, sem resolução do mérito;
- (B) reconhecer o vício da incompetência relativa e declinar da competência em favor do órgão judicial da Comarca Y;
- (C) reconhecer o vício da incompetência absoluta e julgar extinto o feito, sem resolução do mérito;
- (D) reconhecer o vício da incompetência absoluta e declinar da competência em favor do órgão judicial da Comarca Y;
- (E) reconhecer o vício da incompetência absoluta, mas, em razão da primazia do princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional, determinar o prosseguimento regular do feito.

**68**

Paulo propôs uma ação de interdição de seu pai João, sob a alegação de que este estaria com sua capacidade mental comprometida e que a medida era necessária para sua proteção. João constituiu advogado e contestou a pretensão do autor. Após a instrução do feito, foi julgado procedente o pedido e decretada a interdição de João, nomeando-se o autor como seu curador. O advogado constituído por João interpôs apelação, que restou inadmitida pelo tribunal, por falta de capacidade processual do interditando para recorrer, uma vez que a sentença que decretou a interdição produziu efeitos imediatamente.

Nesse cenário, essa decisão de inadmissibilidade recursal é:

- (A) correta, uma vez que a sentença produz seus efeitos imediatamente, retirando a capacidade processual do interditando;
- (B) correta, uma vez que a sentença que decretou a interdição é irrecorrível;
- (C) equivocada, pois deveria encaminhar o recurso ao curador do interditando para que o ratificasse;
- (D) equivocada, pois a decisão que decreta a interdição se sujeita à remessa necessária;
- (E) equivocada, pois a eficácia imediata da sentença de interdição não retira a capacidade processual do interditando.

**69**

Proferida sentença condenatória parcial de mérito contra a Fazenda Pública, o feito foi remetido ao Tribunal por força da remessa necessária, já que não houve interposição de recursos voluntários. Após seu recebimento, o autor interpôs apelação, pela via adesiva, para que o efeito devolutivo do reexame necessário fosse integral.

Nesse cenário, é correto afirmar que o recurso de apelação:

- (A) não será admitido, uma vez que não cabe recurso adesivo à remessa necessária;
- (B) não será admitido, uma vez que não há sucumbência recíproca;
- (C) será admitido, pois ele é inédito e não houve trânsito em julgado do mérito da causa;
- (D) será admitido, pois pela remessa necessária não se pode reduzir a condenação imposta à Fazenda Pública;
- (E) será admitido, pois considera-se a remessa necessária um recurso voluntário independente da Fazenda Pública.

**70**

No tocante à pluralidade de pessoas no polo passivo da ação cujo objeto seja pedido de declaração de usucapião de uma casa, é correto afirmar que se está diante de um litisconsórcio:

- (A) necessário e unitário;
- (B) necessário e simples;
- (C) facultativo e unitário;
- (D) facultativo e simples;
- (E) facultativo e originário.

**71**

Prolatada sentença por um juízo federal, o réu percebeu que a competência para o julgamento da causa seria do juízo estadual. Todavia, deixou o feito transitar em julgado sem a interposição de qualquer recurso. Após, no prazo cabível, propôs ação rescisória com base na incompetência do juízo federal para a causa.

Nesse sentido, a ação rescisória da sentença será proposta no:

- (A) Tribunal Regional Federal, que, se julgar procedente o pedido rescindente, deverá encaminhar o feito para julgamento na justiça estadual;
- (B) Tribunal de Justiça, que, se julgar procedente o pedido rescindente, prosseguirá no julgamento da causa;
- (C) Tribunal de Justiça, que, se julgar procedente o pedido rescindente, encaminhará o feito para julgamento no juízo estadual de primeira instância;
- (D) Superior Tribunal de Justiça, que, se julgar procedente o pedido rescindente, prosseguirá no julgamento da causa;
- (E) Tribunal Regional Federal, que deverá extinguir de imediato o feito por falta de prequestionamento.

**72**

Em uma execução fiscal, o juiz determinou a citação do executado pela via postal, no endereço declinado pela Fazenda Pública em sua petição inicial. Frustrada a citação pelos correios, foi determinada a citação por edital.

Nesse cenário, é correto afirmar que a citação é:

- (A) válida, uma vez que, não sendo encontrado o devedor pela via postal, é cabível imediatamente a citação editalícia;
- (B) nula, pois não se admite citação editalícia na execução fiscal;
- (C) nula, uma vez que não se procederam às diligências necessárias à localização do executado pelo oficial de justiça;
- (D) nula, uma vez que a citação por edital depende de prévio arresto de bens;
- (E) válida, pois a Fazenda Pública tem a prerrogativa de escolher o meio citatório do executado.

**73**

A Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) é uma fundação pública de direito público mantida e instituída pelo Estado do Rio de Janeiro e, caso resolva estabelecer um campus em imóvel próprio em Niterói para alguns dos seus cursos, em relação ao IPTU, será:

- (A) isenta, se a lei municipal assim estabelecer;
- (B) contribuinte, pois a imunidade só se aplica ao Estado e suas autarquias;
- (C) imune, conforme determinado pela Constituição da República de 1988;
- (D) isenta, conforme determinado pela Constituição da República de 1988;
- (E) contribuinte, pois a isenção constitucional recíproca não se aplica a impostos sobre patrimônio.

**74**

O Município de Niterói tem os impostos de sua competência definidos na Constituição da República de 1988, mas também tem direito a percentuais de receitas de impostos da União, dos Estados e do Distrito Federal.

Assim, o Município de Niterói tem direito a:

- (A) 21,5%, através do Fundo de Participação dos Municípios, do imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza;
- (B) 25% do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seu território;
- (C) 26,5%, através do Fundo de Participação dos Municípios, do imposto sobre produtos industrializados;
- (D) 50% do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação;
- (E) 70% do imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários, se for Município de origem do ouro como ativo financeiro.

**75**

Iracema, com 52 anos, é viúva de Paulo, portador do vírus HIV, falecido em dezembro de 2022, e o casal adquiriu um imóvel, no bairro do Fonseca em Niterói em 2020, no valor de R\$ 100.000,00, onde passaram a residir. A aposentadoria de Paulo era de R\$ 2.100,00 na data do seu óbito. Iracema não trabalha e tem dois filhos maiores e capazes. Ela resolve morar com a filha em outro bairro e empresta o imóvel para sua irmã Lúcia lá residir.

Em relação ao IPTU referente ao imóvel, a partir do óbito de Paulo, é correto afirmar que:

- (A) Iracema, por ser viúva de portador do vírus HIV, pelo valor do imóvel e pela renda total familiar, é isenta do referido imposto;
- (B) Iracema, por ser viúva de portador do vírus HIV, pelo valor do imóvel e pela renda total familiar, é imune do referido imposto;
- (C) Iracema não terá direito à isenção de IPTU por não mais residir no imóvel, apesar de cumprir os demais requisitos para tal benefício;
- (D) Iracema não terá direito à isenção por só ser possível para cônjuges de pessoas com deficiência intelectual ou física;
- (E) Iracema não terá direito pelo fato de a isenção ser personalíssima do portador do vírus HIV que cumpra os demais requisitos legais.

**76**

Valesca está sofrendo uma execução fiscal proposta pelo Município de Niterói. Ela possui dois veículos, pedras preciosas, além de dois imóveis em seu nome. Não tem dinheiro para quitar o débito, mas os referidos bens, individualmente, são suficientes para garantir a execução.

Dentre os bens citados, é correto afirmar que:

- (A) os imóveis devem ser indicados inicialmente para penhora seguindo a ordem legal;
- (B) os veículos devem ser indicados inicialmente para penhora seguindo a ordem legal;
- (C) por estarem sendo indicados pela devedora, cabe a esta a escolha, não havendo que se falar em ordem legal;
- (D) as pedras preciosas devem ser indicadas inicialmente para penhora seguindo a ordem legal;
- (E) cabe ao credor a indicação dos bens sujeitos à penhora.

**77**

O Município de Niterói tem a possibilidade de utilizar a transação como forma de extinção de créditos tributários e não tributários. Em relação à concessão de descontos, é correto afirmar que pode ser feita:

- (A) apenas para créditos classificados como irrecuperáveis ou de difícil recuperação, englobando necessariamente os titularizados por empresas devedoras das Fazendas federal e municipal;
- (B) para qualquer crédito tributário ajuizado há mais de dois anos;
- (C) apenas para créditos classificados como irrecuperáveis ou de difícil recuperação, englobando necessariamente os ajuizados há mais de dois anos;
- (D) para qualquer crédito de pessoas curateladas, deficientes intelectuais ou com enfermidades graves;
- (E) apenas para créditos classificados como irrecuperáveis ou de difícil recuperação, englobando necessariamente os titularizados por pessoas falecidas.

**78**

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000) estabelece os limites com o pessoal ativo e inativo e pensionistas de todos os entes federativos.

Assim, o Município de Niterói, em cada período de apuração, NÃO poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida de:

- (A) 50%, sendo 8% para o Legislativo e 42% para o Executivo;
- (B) 50%, sendo 10% para o Legislativo e 40% para o Executivo;
- (C) 60%, sendo 6% para o Legislativo e 54% para o Executivo;
- (D) 60%, sendo 8% para o Legislativo e 52% para o Executivo;
- (E) 60%, sendo 10% para o Legislativo e 50% para o Executivo.

**79**

Leis de iniciativa do Poder Executivo da União estabelecerão o Plano Plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais.

Em relação ao Plano Plurianual, é correto afirmar que a lei que o instituir:

- (A) estabelecerá as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública;
- (B) compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal;
- (C) orientará a elaboração da lei orçamentária anual;
- (D) estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital;
- (E) estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

**80**

Ricardo fez sua declaração anual de Imposto de Renda em determinado ano e pagou um valor ao Fisco após a sua declaração de ajustes. Ocorre que não incluiu na sua declaração anual, sem dolo, simulação ou fraude, valores relativos a pareceres que havia realizado para a empresa ZWP.

Considerando a decadência tributária, é correto afirmar que o prazo do Fisco para constituir o crédito tributário é de:

- (A) cinco anos a contar da ocorrência do fato gerador;
- (B) cinco anos a contar da declaração do contribuinte;
- (C) dez anos do primeiro dia do exercício seguinte ao da declaração;
- (D) cinco anos do primeiro dia do exercício seguinte ao da declaração;
- (E) dez anos a contar do fato gerador.

## DISCURSIVA - REDAÇÃO

---

### Textos Motivadores

Francis Bacon escreveu: “Considere qualquer pessoa a vastidão da diferença entre a vida dos homens em algumas das nações mais civilizadas da Europa e na região mais bárbara e selvagem da Nova Índia. Ela concluirá que diferem a tal ponto que se pode justificadamente afirmar que ‘o homem é um Deus para o homem’, não apenas devido à assistência e ao benefício, mas também no contraste de suas condições. E isso se deve não ao solo ou ao clima ou às qualidades corporais, mas ao engenho”.

Já Samuel Johnson declarou sobre o mesmo tema: “Embora a perseverança e a agilidade de um indígena despertem nossa admiração, tais atributos, no entanto, não são capazes de fornecer a ele as comodidades que são desfrutadas por um mendigo erradio numa nação civilizada”.

Vários filósofos, escritores, políticos, historiadores já destacaram, desde sempre, o fato da enorme diferença econômica e social entre os povos da Terra. Será essa uma condenação eterna ou, em algum momento da História, esse panorama poderá alterar-se?

Escreva o que você pensa sobre o assunto em um texto dissertativo-argumentativo, com no mínimo 20 e no máximo 30 linhas, em linguagem culta, utilizando argumentos convincentes na defesa de seus pontos de vista.

Valor: 20 pontos

## RASCUNHO - DISCURSIVA - REDAÇÃO

---

1

5

10

15

RASCUNHO

20

25

30





Realização

